

REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 35 No. 3 Setembro - Dezembro 2022

ARTIGO

PERCEPÇÃO SOBRE O PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO EM UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DE ZONA URBANA: O SÍTIO JAPIIM, NA APA FLORESTA MANAÓS, EM MANAUS, AM

Angeline Ugarte Amorim*, Carlos Augusto da Silva**, Suzy Cristina Pedroza da Silva***

RESUMO

O estudo objetivou analisar os conhecimentos e percepções de moradores, trabalhadores e estudantes da Área de Proteção Ambiental (APA) Floresta Manaós acerca do patrimônio arqueológico identificado em seu perímetro, considerando o processo de ocupação dos bairros que a compõem desde a instalação do Polo Industrial de Manaus. O Sítio Japiim é localizado na porção sul da Unidade de Conservação e vem seguindo a mesma lógica de descaracterização de outros sítios identificados na capital do Amazonas. A metodologia utilizada foi de análise quali-quantitativa por meio de levantamento bibliográfico e entrevistas semiestruturadas com dois grupos distintos. De modo geral, o estudo demonstrou o desconhecimento da população sobre o patrimônio histórico local, o que se estendeu aos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas remanescentes na área.

Palavras-chave: percepção; unidade de conservação; patrimônio histórico; patrimônio ambiental.

*Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

E-mail: diniziaexcelsa.ugartis@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0427-2789>

**Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

E-mail: casilva1956@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1529-7209>

***Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia.

E-mail: suzyycris@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8256-7542>

PERCEPTION ON ARCHEOLOGICAL HERITAGE IN AN URBAN ZONE CONSERVATION UNIT: THE SÍTIO JAPIIM, IN THE EPA FLORESTA MANAÓS, IN THE CITY OF MANAUS, STATE OF AMAZONAS

ABSTRACT

The study aimed to analyze the knowledge and perceptions of residents, workers and students of Environmental Protect Area (EPA) Floresta Manaós, about the archaeological heritage identified in its perimeter, that is, considering the occupation process of the neighborhoods that make it up since the installation of the Manaus Industrial Pole. The Sítio Japiim is located in the southern portion of the Conservation Unit, and has been following the same logic of de-characterization of other sites identified in the capital of Amazonas. The methodology used was qualitative and quantitative analysis by bibliographic survey, and semi-structured interviews with two different groups. In general, the study demonstrated the population's lack of knowledge about the local historical heritage, which extended to the environmental services provided by the remaining ecosystems in the area.

Keywords: perception; conservation unit; historical heritage; environmental heritage.

PERCEPCIÓN SOBRE EL PATRIMONIO ARQUEOLÓGICO EN UNA UNIDAD DE CONSERVACIÓN DE ZONA URBANA: EL SÍTIO JAPIIM, EN EL APA FLORESTA MANAÓS, EN MANAUS

RESUMEN

El estudio tuvo como objetivo analizar los conocimientos y percepciones de los moradores, trabajadores y estudiantes del Área de Protección Ambiental (APA) Floresta Manaós sobre el patrimonio arqueológico identificado en su perímetro, es decir, considerando el proceso de ocupación de los barrios que lo componen desde la instalación del Polo Industrial de Manaus. El O Sítio Japiim está ubicado en la parte sur de la Unidad de Conservación y ha seguido la misma lógica de caracterización errónea de otros sitios identificados en la capital de Amazonas. La metodología que se utilizó fue el análisis cualitativo y cuantitativo mediante encuesta bibliográfica y entrevistas semiestructuradas con dos grupos diferentes. Este estudio demostró identificó la población tiene poco conocimiento sobre el patrimonio histórico local, lo que también se extiende a los servicios ambientales que brindan los demás ecosistemas remanentes de la zona.

Palabras clave: percepción; unidad de conservación; patrimonio histórico; patrimonio ambiental.

INTRODUÇÃO

O estudo foi desenvolvido na Área de Proteção Ambiental (APA) Municipal inicialmente denominada “APA UFAM, INPA, ULBRA, Lagoa do Japiim, Elisa Miranda e Acariquara”, Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Poder Municipal de Manaus em 27 de março de 2012. Tal denominação fazia referência às Instituições constantes no perímetro da Unidade de Conservação e foi modificada em 4 de junho de 2019, em solenidade própria a fim de adequá-la ao disposto na Lei 9.985/2000 quanto à alusão aos seus ecossistemas e historicidade, passando a se chamar Floresta Manaós. A APA em questão está localizada na zona urbana da cidade de Manaus entre as coordenadas 3°5'48,50" S e 59°58'4,59" W (Figura 1).

De acordo com o Plano Diretor da Cidade, os usos do solo para essa região são industrial, residencial e comercial. Observando esta condição, a criação da UC teve como objetivo central a mitigação da pressão sofrida pelos ecossistemas remanescentes, cuja manutenção assegura importantes serviços ambientais para a cidade.

Quanto à expansão urbana de Manaus, é reconhecido como marco inicial o auge do ciclo econômico da borracha em fins do século XIX e início do século XX, sendo seguido pela instalação do Polo Industrial de Manaus (PIM). Porém, segundo Monteiro (1971), desde a fundação do Forte nas imediações da Barra do Rio Negro, onde atualmente localiza-se o centro da cidade, e onde está sua origem mais remota, Manaus já vem sofrendo transformações paisagísticas e culturais.

O Sítio Japiim, lócus desta pesquisa, está em uma área protegida do tipo *Unidade de Conservação*, decretada pelo Poder Público com o objetivo de resguardo dos ecossistemas remanescentes e de elementos constituintes da identidade local. Na UC em questão, apesar do desconhecimento sobre a importância desse material pelos entrevistados, o Sítio Japiim é uma amostra significativa da cultura material ancestral amazônica, o que torna o contexto propício para o estudo e compreensão da dinâmica histórica local, assim como dos fatores que influenciam o seu estado de conservação patrimonial.

SÍTIO JAPIIM: CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

O Sítio Japiim, identificado em 2002 pelo arqueólogo Carlos Augusto da Silva, tem características gerais que coincidem com atribuições, dadas pelo especialista alemão Peter Paul Hilbert em sítios por ele estudados, da fase Paredão, cujas principais características são tipos cerâmicos, adornos, conexão com solo antropogênico à região de maior incidência, que é a falésia ocre do solo, constituinte do baixo Rio Negro, formadora de grandes paredões.

Seus registros mais proeminentes são vasilhames confeccionados em cerâmicas (conhecidas como alguidares), com alças aplicadas e grandes urnas funerárias (ainda com certa quantidade de ossadas humanas) com gargalo e apliques antropomorfos nos ombros. Tais características dão indícios de uma área com funções habitacionais e funerárias, especialmente pelos recipientes semi-inteiros, espalhados em subsuperfície.

De acordo com Petersen *et al.* (2001); Arroyo-Kalin *et al.* (2009); Relelatto *et al.* (2009) *apud* Lima e Moraes (2010), as datações destes remanescentes estão entre os séculos VII e XII d.C., distribuindo-se por toda a região do perímetro de Manaus até a confluência dos rios Solimões e Negro.

Para o IPHAN (2008), tais vestígios humanos remontam a monumentos culturais das sociedades ameríndias, sendo importantes modelos de vidas passadas, especialmente de assentamentos pré-colombianos, que contribuem para o entendimento sobre os processos de ocupação da região, há milhares de anos.

Sobre o arranjo das moradias estabelecidas na Amazônia nesse período estudado, sabe-se que: Habitavam desde simples acampamentos a céu aberto, até lugares destinados a uma ocupação mais prolongada, como os abrigos sob rochas, grutas e cavernas, como aquelas encontradas ao norte de Mato Grosso, Rondônia, Serra dos Carajás e Serra das Andorinhas. Viveram na Amazônia desde aproximadamente 12.000 até 1.000 anos antes de Cristo. (CORRÊA *et al.*, 1994, p. 10).

Ainda de acordo com os autores citados, os Sítios Cerâmicos na Amazônia estão comumente associados às áreas de ocorrência das chamadas *terras pretas de índio* (TPI), neossolos antropogênicos bastante ricos em matéria orgânica, destacando-se pela coloração escura e pela alta fertilidade. No caso do Sítio em questão, este elemento é bem representativo.

Segundo Barros (2016), parte deste elemento constituinte do Sítio foi retirado para compor o substrato do paisagismo do Aeroporto Eduardo Gomes, quando de sua implantação, na década de 1970, contemporânea ao início das atividades do Polo Industrial de Manaus. Aliás, a ocupação da área do Sítio teve sua consolidação necessariamente no século XX, quando seu uso foi agropastoril; e, segundo Barros (2016), ela pertencia a um senhor conhecido como *Paraíba*.

Porém, de fato, foi no período de transformações maciças no perímetro urbano de Manaus, propiciado pela instalação do PIM, que os impactos se intensificaram pela infraestrutura que o projeto demandava. Um momento distinto é relativo à construção do Conjunto Atílio Andreazza, que tinha a finalidade de alocar os funcionários da superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. As obras igualmente necessitaram de movimentação de solo e subsolo para sua implantação, levando à perda de muitos registros históricos do local.

Nesta época, uma área de concentração das bordas dos vasilhames cerâmicos foi pavimentada para assegurar o acesso de pessoas e veículos. Porém, atualmente, no Conjunto Habitacional Atílio Andreazza, há um remanescente de afloramento destes registros onde estão instaladas as torres da rede de alta tensão que passam pela região em que não houve pavimentação.

Este contexto contrasta com a Legislação já vigente na época:

Foi somente a partir de 1961 que o patrimônio arqueológico passou a ser regido por uma legislação específica, a Legislação Brasileira Protetora das Jazidas Pré-Históricas, Lei nº 3924, que “dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos”. A atual Constituição Federal trata dessa questão em seu Art. 215, incluindo os bens arqueológicos como parte do *patrimônio cultural brasileiro*. (CORRÊA *et al.*, 1994, p. 47).

Em relação à proteção dos bens culturais de Manaus, há legislação vigente no âmbito municipal. Trata-se da Lei nº 1.838, de 2014:

O patrimônio histórico, artístico, arqueológico e cultural de Manaus deve ser preservado, por ser testemunho antigo e significativo da história do lugar e importante ao resguardo da identidade e memória da população local; e, ainda, por suas características excepcionais, os bens situados no Subsetor Sítio Histórico, incluídos no Setor Especial de Unidades de Interesse de Preservação, definido e regulamentado pelo Poder Executivo municipal, conforme os termos da Lei Orgânica do Município de Manaus (Loman), e de acordo com o Anexo XV da Lei. (MANAUS, 2014).

Imagens de fragmentos encontrados no Sítio Japiim assim como o perfil de terra preta de índio podem ser vistas nas Figuras 3 e 4.

SÍTIO ARQUEOLÓGICO JAPIIM: CONHECIMENTOS, PERCEPÇÕES, E USOS DA ÁREA PELA POPULAÇÃO LOCAL

Perfil dos entrevistados

Foram entrevistadas na área geográfica do Sítio Japiim (Conjunto Atílio Andreazza, campus da ULBRA e da UFAM) 26 pessoas com idades entre 18 e 65 anos, com diferentes períodos de permanência e graus de intervenção na área.

Dois grupos foram distintos para a realização das entrevistas: o Grupo 1, dos moradores do Conjunto Atílio Andreazza e profissionais (educadores da Escola de Ensino Fundamental Isabel Angarita, operadores do transporte coletivo, além de técnicos e professores universitários da ULBRA e da UFAM) somando 16 (dezesesseis) pessoas ou 61,54% do universo de entrevistados; e o Grupo 2, formado exclusivamente por estudantes universitários da ULBRA, somando o número de 10 (dez) ou 38,46% da amostra. Neste Grupo 2, não há qualquer pessoa com mais de 50 anos de idade.

Além de conhecimentos sobre a consolidação da área como hoje se encontra, os entrevistados responderam a questões sobre patrimônio arqueológico, transformações da paisagem natural local e sobre as principais utilizações da área de influência geográfica do Sítio.

Aos estudantes do Centro Universitário Luterano do Brasil (Grupo 2), as perguntas tiveram um caráter similar, sendo acrescidas de questões sobre generalidades da história de Manaus e sobre como esses discentes de nível superior entendem a relação entre o patrimônio histórico e ambiental na formação da identidade da população de Manaus.

Entre os entrevistados do Grupo 1, há os que têm origem no próprio estado do Amazonas, sendo de famílias de funcionários da SUFRAMA e que estão lá há pelo menos 34 anos, ou seja, desde a época da instalação do Conjunto Atílio Andreazza, mas há também aqueles que vieram de outras regiões do Brasil (Nordeste, Sudeste e Sul) e um que tem origem em outro país da América Latina. Com formações acadêmicas ou não, de modo geral, estes cidadãos vieram para a região atraídos por oportunidades de emprego, especialmente no Centro Universitário Luterano do Brasil, que se instalou na área no início dos anos 2000.

Apesar de os entrevistados do Grupo 1 terem apontado o avanço da urbanização na área de influência do Sítio Japiim, quando lhes foi perguntado sobre a transformação na paisagem natural, 75% desse universo afirmou não ter percebido grandes mudanças neste sentido. Apenas 25% apontaram mudanças na paisagem como o desmatamento da área verde do Conjunto, o aumento da sensação térmica ao longo do tempo e o acúmulo de resíduos descartados inadequadamente; mas também destacaram a manutenção da vegetação remanescente da UFAM, que pode ser visualizada de qualquer ponto do Conjunto.

Com relação à história da área de influência do Sítio Arqueológico (implantação do Conjunto Atílio Andreazza e áreas do entorno citadas), os entrevistados do Grupo 1 demonstraram seus conhecimentos nas proporções apresentadas na Figura 5.

Os conhecimentos demonstrados pelo Grupo 2 (estudantes de Administração de Empresas, Direito, Arquitetura e Urbanismo, que estão nos períodos finais de graduação e têm pelo menos cinco anos de vida acadêmica no perímetro em questão) apresentaram nível similar ao do Grupo 1 em relação ao Sítio Arqueológico local, confirmando-se proporcional em relação à informação de que 100% dos entrevistados desse grupo disseram que *nunca* se depararam com cerâmicas ou outros elementos do Sítio.

Nas entrevistas, os estudantes ressaltaram a ocorrente mudança da paisagem na área pelo desmatamento e a construção civil. Na mesma proporção, a ocupação desordenada, sendo este um fator determinante na degradação dos ecossistemas locais. Porém, ainda nesse sentido, não foi discutida a relação entre as perdas ambientais e as históricas. Os principais conhecimentos neste sentido estão descritos na Figura 6.

Não ficaram manifestados, em nenhuma das entrevistas, exemplos de como esses temas estão de fato correlacionados e de como a alteração de um pode pôr o outro em detrimento. Da mesma forma, elas não explicitaram a noção de participação do cidadão comum como co-responsável pela proteção de ambos. Os principais conhecimentos neste sentido estão descritos com a Figura 7.

Em relação ao conhecimento ou não dos elementos que caracterizam a área como um Sítio Arqueológico (vasilhames cerâmicos e grandes urnas funerárias, com certa quantidade de ossadas humanas, além do depósito de terra preta), tem-se como variáveis às respostas o tempo de permanência e o grau de intervenção dos entrevistados deste grupo na área.

Moradores do Conjunto e educadores da escola estabelecida no local relataram que sabem da existência do Sítio na área, e que já tiveram contato com os elementos que o caracterizam. Inclusive, no segmento dos moradores entrevistados, há dois casos em que o contato se deu de forma bastante impactante: em 2012, durante movimentações de solo e subsolo, por conta de reformas residenciais, vasilhames cerâmicos foram encontrados com restos cadavéricos humanos. Na época, o ocorrido foi bastante veiculado pela mídia local sugerindo que a área possivelmente serviria como cemitério no tempo da confecção dos artefatos encontrados. De modo geral, pela presença de especialistas do IPHAN e da UFAM, quando da retirada do material, a comunidade ficou sabendo da existência do Sítio.

Porém, entre os entrevistados que manifestaram nunca terem se deparado com elementos do Sítio, houve os que só tiveram informação sobre sua existência no momento da entrevista e diante da exposição das fotos de seus constituintes. Nesse sentido, uma fala exemplifica tal desconhecimento sobre o assunto, “*Não sei nada... E, mesmo que me mostrassem os objetos vistos nas fotos, estes não representariam nada para mim [como elementos do gênero em estudo]*”.

Como já informado, para o Grupo 2 (dos estudantes) também foram feitas perguntas relacionadas à história de Manaus e, sobre o assunto, as falas citaram os períodos históricos mais proeminentes da capital do Amazonas, como demonstradas na Figura 8.

Percepção e significados do sítio para a população local

Santaella (2012) analisa a questão das percepções humanas sob a seguinte reflexão:

Sendo inerentemente perspectivista, por sua natureza, a percepção é temporal. Ela requer uma síntese corporal, envolvendo espacialidade e motricidade que se dão no tempo. [...] Contudo o que é o ser do tempo? [...] A antiga concepção que se preserva no tempo comum é a do tempo como um rio que flui. Uma imagem confusa, pois não considera que fluir implica mudança de lugar (o rio corre de um lugar para outro) e que esta implica um observador situado em algum ponto do fluxo. (SANTAELLA, 2012, p. 37).

Um aspecto suscitado nas entrevistas das educadoras da escola foi o da crença de alguns colegas de instituição sobre supostos eventos sobrenaturais ocorridos no ambiente escolar (situações fantasmagóricas, vultos, o abrir e o bater de portas, além de balbucios

de vozes nas dependências do prédio), os quais estariam relacionados com o fato da edificação ter sido construída sobre um possível cemitério.

Sobre esta nuance da relação da comunidade com o Sítio arqueológico, para uma professora entrevistada, *apesar de reconhecer que cada pessoa tem suas próprias convicções sobre o que é sobrenatural, relatos do tipo fazem parte de longa data do senso comum entre os servidores da escola*. Sobre contextos semelhantes, nos quais envolvem-se aspectos de fundo tão subjetivo, o sociólogo Gilberto Freyre (1974) observou:

Ora, o real não é apenas o que os sentidos e a memória abarcam e conceituam: é também aquilo que nos pressiona imponderavelmente, esquivando-se a medições, furtando-se à verificação quantitativa. Revela-se de forma inconsciente ou subconsciente, utiliza pressentimentos, agrega fenômenos insólitos como o *déjà-vu*, põe em jogo forças obscuras, cuja aferição é ainda embrionária. Esses estados psicológicos indefiníveis tomam corpo, confundem-se com certas emergências do mundo de sombras que lateja sob o incolor cotidiano, mascarado pela rotina embrutecedora. (FREYRE, 1974, p. 21).

Ainda no âmbito escolar, durante as entrevistas, uma professora e uma pedagoga afirmaram não ter subsídios técnico-científicos em relação à questão arqueológica, para que possam contribuir efetivamente para a problematização da questão da lida do público escolar com o patrimônio arqueológico no local. No decorrer da entrevista, o gestor da escola também não mencionou qualquer orientação mais direcionada por parte dos órgãos envolvidos com a temática para a elaboração de uma abordagem pedagógica na comunidade.

Identificando que, de modo geral, resta uma grande falta de informações claras para todos os sujeitos atuantes na área de influência direta do Sítio, verificou-se que não há nenhuma ação, tanto por parte do Poder Público, da comunidade acadêmica, ou movida pela comunidade do entorno que possa valorizar a conservação desse ambiente natural remanescente e igualmente em relação ao patrimônio arqueológico.

Segundo Bezerra (2017), há um crescente número de trabalhos que trazem exemplos de distintas relações que moradores do entorno de sítios arqueológicos têm com a materialidade arqueológica. As reflexões podem ser divididas em quatro tipos:

1) as protocolares, que apenas registram, como algo anedótico ao texto científico, as relações de moradores com artefatos e sítios; 2) as normativas, que operam com a perspectiva do Estado para mostrar que as relações, sobretudo táteis, com os objetos, são danosas para a sua preservação (frequentemente confundida com conservação de sua materialidade); 3) as instrumentais, que utilizam a chamada Educação Patrimonial para “conscientizar” moradores sobre os “valores” do patrimônio; e 4) as críticas, que problematizam essas relações, considerando as construções nativas sobre as coisas. (BEZERRA, 2017, p. 47-49).

No sentido de contextualizar o caso do Sítio Japiim, é preciso ressaltar que, no momento, nenhuma das perspectivas identificadas ocorre em termos da promoção do melhor entendimento da importância destes registros.

Para Cabral, Pereira e Bezerra (2018), nas últimas décadas, a confluência de diversos processos modificou a forma como a disciplina arqueológica e os vestígios materiais adquirem significância no presente (SALERNO, 2012).

O patrimônio arqueológico deixou de ser exclusivamente uma fonte de estudo das sociedades, para ser também um aprofundamento da nossa compreensão sobre a relação destes patrimônios na atualidade. Nessa relação, as coleções arqueológicas correspondem à acumulação da materialidade (Brefe, 1998: 286), e os desafios de sua gestão ultrapassam a nossa responsabilidade com sua conservação física e informacional e vão em direção a um conjunto de ações e posicionamentos relativos ao que acreditamos ser o papel social da arqueologia. (CABRAL; PEREIRA; BEZERRA, 2018, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se que através dos tempos a natureza tem sua paisagem modificada, seja pela ocorrência de eventos climáticos naturais ou pelos níveis de intervenção humana, desde que ela passou a se fixar nos variados ambientes da Terra. Contudo, este exercício tomou como marco temporal os mais proeminentes impactos socioambientais de Manaus e o estabelecimento de uma fortaleza no século XVII, a qual caracterizaria o início da organização geopolítica de Manaus, tal como a conhecemos hoje.

A expansão urbana desde então tomou formas exponenciais sobre os ecossistemas locais e esta não veio acompanhada de posturas conservacionistas ou de uma ação educativa reflexiva sobre os aspectos sociológicos, artísticos ou biológicos. Com o passar de ao menos três séculos e o avanço da demanda em escala por bens e serviços, no século XX, mais especificamente no ano 1967, ocorreu a instalação do Polo industrial de Manaus (PIM), que não trouxe apenas impactos positivos à economia local, mas também produziu significativas mudanças no espaço geográfico, bem como transformações no modo de vida dos cidadãos da capital, seja por ter introduzido novas tecnologias à realidade local, ou por ter influenciado em novas formas de visão de mundo pela população.

No ensejo de sua implantação, houve o adensamento populacional e a agregação de instituições de ensino e pesquisa, além da construção do Aeroporto Internacional Eduardo Gomes. Neste contexto, entre outros conjuntos habitacionais adjacentes às empresas do polo na zona centro-sul de Manaus, construiu-se o Conjunto Atílio Andreazza para a alocação dos funcionários da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) no mesmo perímetro geográfico onde está a maior parte do afloramento do Sítio Arqueológico Japiim.

Considerando a disposição dos elementos identificados no Sítio, assim como de seu estado de conservação, é possível perceber que a execução do projeto do Conjunto, bem como de todas as outras infraestruturas de sua área de influência direta (terminal de ônibus, escola, linha de distribuição elétrica, igrejas, campus universitário) não respeitou sua importância como testemunho da história local. Isto considerando que a Lei de proteção ao patrimônio histórico já era vigente no país.

Os artefatos aí encontrados (vasilhames cerâmicos em forma abaulada) são classificados pelos cientistas da arqueologia como de uma fase histórica denominada Paredão, cuja representatividade é de cerca de 700 anos do início da Era Cristã. Outro elemento característico é um solo antrópico escuro, cujo registro em outras áreas valeu-lhe o nome comum de terra preta de índio.

Esse recurso natural identificado na área, por si só, já descortina a história oficial da Amazônia ainda disseminada nas escolas, a qual dá a conotação de intocabilidade na forma como a floresta se estabeleceu no espaço. Ao contrário, esse elemento demonstra um excelente grau de manejo dos recursos naturais como estratégia de suporte à segurança alimentar pelas sociedades pretéritas.

É de se ressaltar que, ainda no século XXI, a falta do conhecimento histórico sobre o território amazônico tem produzido, além da perda de patrimônio ambiental, igual perda de identidade cultural pela desvalorização dos elementos que se constituem como fenômenos formadores de nossa região.

Em 2012, decretou-se como Unidade de Conservação de Uso Sustentável, da categoria Área de Proteção Ambiental, parte da área de implantação do Polo Industrial de Manaus (PIM), contemplando grande parte do perímetro do Conjunto Atílio Andreazza e o patrimônio arqueológico aí compreendido. A estratégia visa proteger não apenas os ecossistemas, mas, de modo geral, todos os registros de manifestação culturais locais. Todavia, apenas a decretação da área como espaço territorial especialmente protegido não basta para resguardar e “valorizar” os elementos constituintes da região se não houver a execução efetiva de medidas protetivas para tanto.

Considerando o estado de descaso em que se encontra o Sítio desde sua identificação em 2002, pela falta de qualquer medida protetiva aos seus elementos, percebe-se que o Poder Público, em seus três níveis de governo, assegura por negligência a perda de vestígios importantes da formação amazônica. De modo geral, não há identificada estratégia governamental efetiva para o caso ou ao tema a partir de um viés técnico-científico ou que parta do interesse da Comunidade.

As entrevistas realizadas no que aqui se convencionou chamar de “área de influência direta do Sítio” demonstraram passar um tanto despercebida a história de Manaus no que tange à construção do forte como seu marco inicial. Neste sentido, refletem-se de forma igual aos fatos anteriores a este. Quanto às questões socioambientais mais recentes, nota-se que a população tem informações fragmentadas.

Em relação à existência do Sítio, também ficou clara a falta de informação sobre seus elementos e os impactos que tais registros apresentam em relação à formação da população e suas interações com a natureza. Deste modo, igualmente, não há noção de pertencimento quanto a ele, no sentido de reivindicar ou iniciar alguma ação protetiva. Isto se identifica por meio dos usos da área pelos cidadãos comuns à região há pelo menos 30 anos e por aqueles cuja intervenção é mais recente.

A educação nas modalidades formal e não formal são ligadas pelo mesmo viés: das demandas da vida em comunidade/sociedade em diferentes níveis, mostrando-se complementares em relação às diferentes temáticas que se apresentam. São estratégias que, se implementadas de forma sistemática e com objetivos definidos, tendem a potencializar uma significativa transformação socioambiental e política. No caso da comunidade estudada, há elementos suficientes para um maciço movimento educacional que discuta as principais demandas do tema.

Há comunitários com formação técnica; há uma população acadêmica expressiva e instituições de ensino e pesquisa na área de influência assim como outras dentro do perímetro da Unidade de Conservação.

É sabido que as descobertas arqueológicas são fruto de estudos da Antropologia biológica, da Topografia, da Fotografia, assim como desenhistas, geógrafos, geomorfólogos, paleontólogos, especialistas em saúde pública ou paleogeneticistas, ou, ainda, engenheiros, arquitetos, designers, educadores etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, Ellen Caroline de Carvalho. *Diagnóstico da destruição: os efeitos da expansão urbana sobre os sítios arqueológicos de Manaus/AM*. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.
- BEZERRA, Marcia. *Teto e afeto: sobre as pessoas, as coisas e a arqueologia na Amazônia*. Belém: GK Noronha, 2017.
- CABRAL, Mariana Petry; PEREIRA, Daiane; BEZERRA, Marcia. Patrimônio Arqueológico da Amazônia: a pesquisa, a gestão e as pessoas. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 38, p. 247-268, 2018
- CORRÊA, Conceição Gentil *et al.* O processo de ocupação humana na Amazônia: considerações e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 1, p. 3-54, 1994.
- FREYRE, Gilberto. *Assombrações do Recife Velho*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1974.
- LIMA, Helena P.; MORAES, Bruno. Produção de conhecimento e preservação em debate: aspectos da arqueologia na cidade de Manaus. *Revista de Arqueologia*, v. 23, n. 1, p. 90-107, 2010.
- MANAUS. Lei Complementar nº 002, de 16 de janeiro de 2014. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano e Ambiental do Município de Manaus e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Manaus*: Manaus, ano 15, n. 3332, p. 1-110, 16 jan. 2014.
- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *Fundação de Manaus*. 3. ed. Rio de Janeiro: Conquista, 1971.
- SALERNO, Virginia M. Pensar la arqueología desde el sur. *Complutum*, v. 23, n. 2, p. 191-203, 2012.
- SANTAELLA, Lucia. *Percepção: fenomenologia, ecologia, semiótica*. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ANEXOS

Figura 1. Delimitação geográfica do perímetro da APA. Fonte: PMM - SEMMAS, 2019.

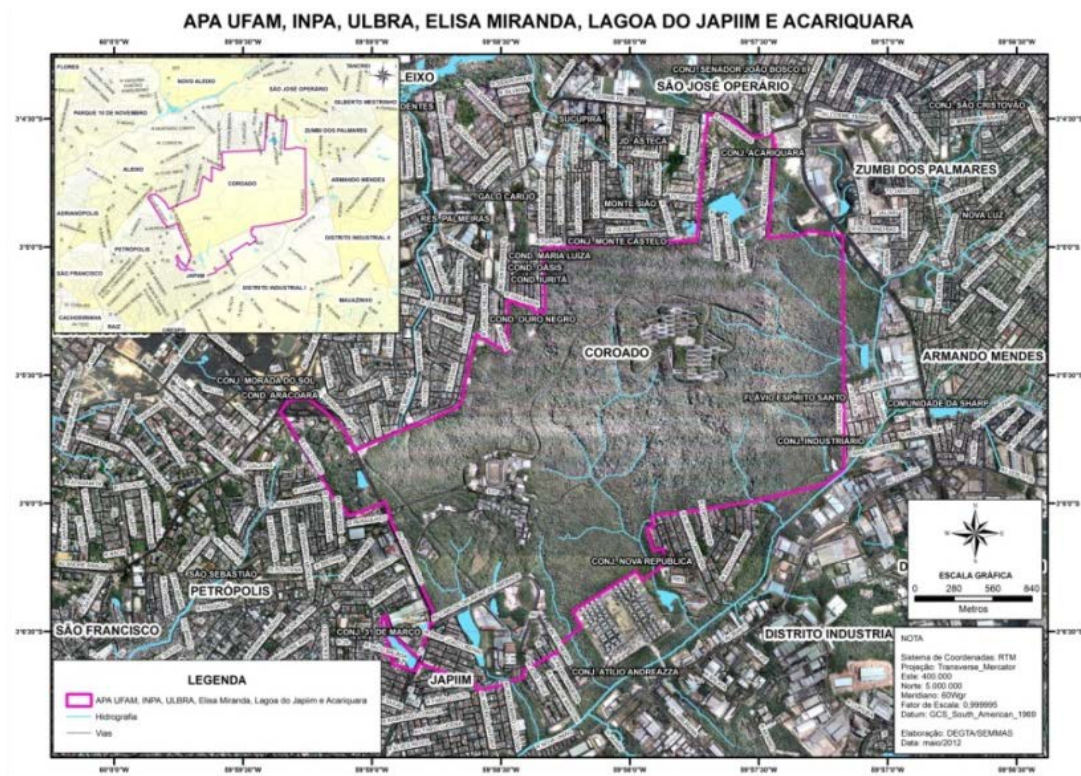


Figura 2. Situação do Sítio Arqueológico Japiim em relação à APA. Fonte: PMM – SEMMAS, 2019.

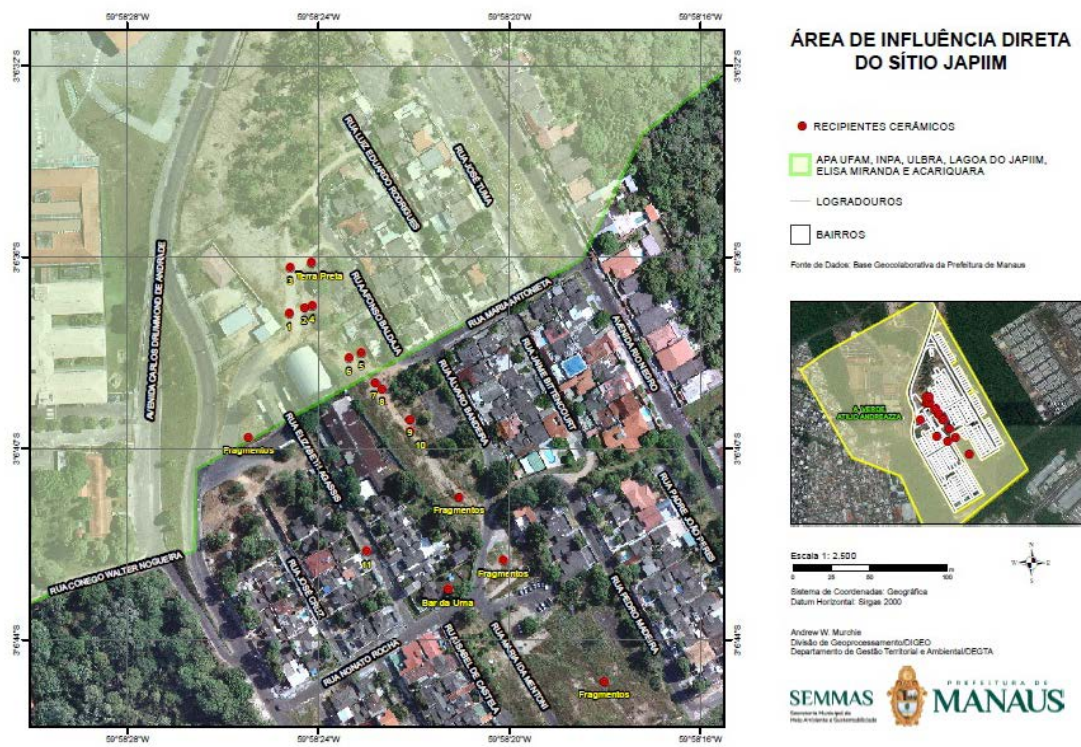


Figura 3. Fragmento de vasilhame cerâmico da fase Paredão identificado em área de residência, na Rua Maria de Mentoni (2012), no Conjunto Atilio Andreazza. Foto: Angeline U. Amorim, 2019.



Figura 4. Destaque de terra preta (solo antropogênico) aparente sob piso de concreto na praça do Conjunto Atilio Andreazza. Lat. -3.110033°; Long. -59.973374°. Foto: Angeline U. Amorim, 2019.



Figura 5. Conhecimentos dos entrevistados do Grupo 1.

Fonte: Resultado das análises da pesquisa na área de influência do Sítio.

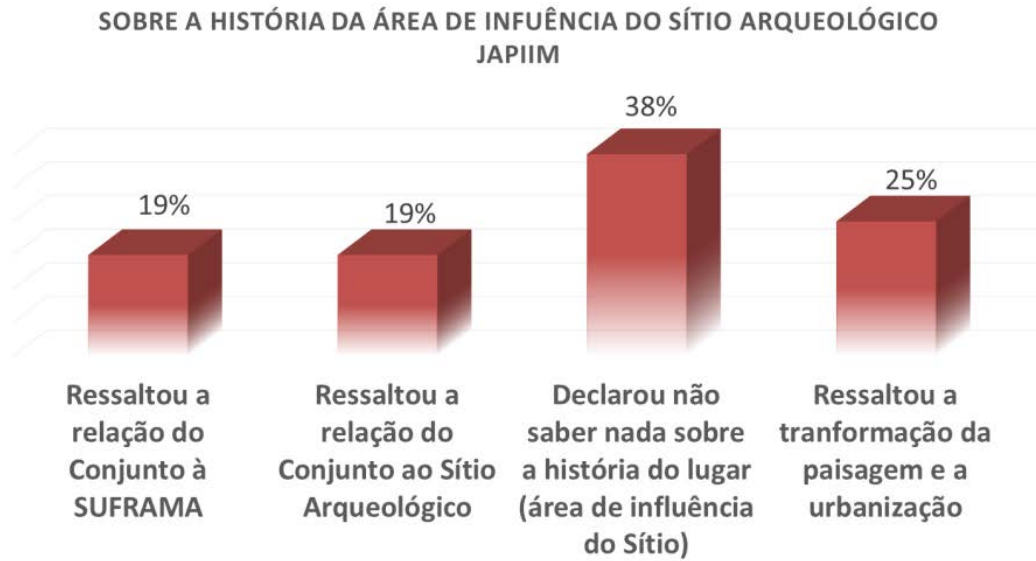


Figura 6. Percepções sobre o ambiente natural pelos entrevistados do Grupo 2.

Fonte: Resultado das análises da pesquisa na área de influência do Sítio.

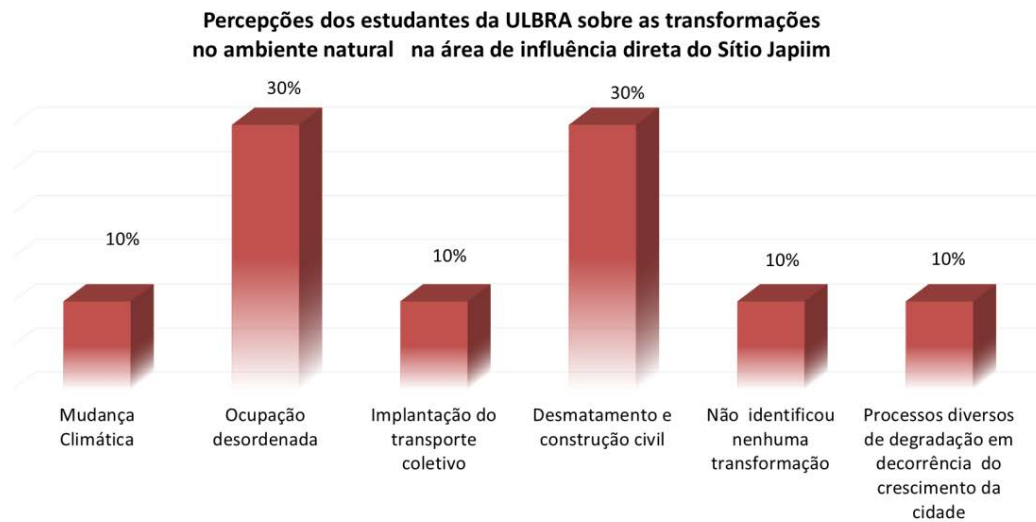


Figura 7. Relações entre os temas estudados pelos entrevistados do Grupo 2.

Fonte: Resultado das análises da pesquisa na área de influência do Sítio.



Figura 8. Conhecimentos sobre a história do município pelos entrevistados do Grupo 2.

Fonte: Resultado das análises da pesquisa na área de influência do Sítio.

